

“TEMPO E ESPAÇO DE SER CRIANÇA”: A Construção de uma Proposta Curricular Para a Educação Infantil do Município de Ijuí

Bruna Barboza Trasel¹
Débora Dorneles dos Santos²
Leila Marlise Cavinato Karlinski³
Celso José Martinazzo⁴

RESUMO

Este artigo pretende apresentar uma concepção de currículo que se constituiu a partir da construção coletiva da proposta curricular “Tempo e Espaço de Ser Criança” que apresenta os pressupostos teóricos conceituais dos educadores da Educação Infantil do município de Ijuí e a organização curricular para esta etapa da Educação Básica. A análise realizada permeia dois pontos: a) o conceito de currículo e o conceito de currículo na Educação Infantil; b) a construção de uma proposta curricular realizada por um coletivo de professores e os avanços no cotidiano escolar a partir dela. Para o primeiro ponto utiliza-se de autores como Marques (1999), Oliveira (2010) e Faria e Salles (2014) para apresentar e discutir um conceito genérico e, posteriormente, um conceito de currículo na Educação Infantil apoiado nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 1998), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010) e na Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2016, 2017). Com relação ao segundo ponto, apresenta-se a historicidade da construção da proposta, seguida de sua análise, buscando delinear os avanços após sua construção. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação.

Palavras-chave: Currículo. Proposta curricular. Educação Infantil.

“TIME AND SPACE OF BEING A CHILD”: THE CONSTRUCTION OF A CURRICULAR PROPOSAL FOR THE CHILDREN'S EDUCATION OF THE MUNICIPALITY OF IJUÍ

ABSTRACT

This article intends to present a curriculum conception that was constituted from the collective construction of the Curriculum Proposal “Time and Space of Being Child” that presents the conceptual theoretical assumptions of the educators of Childhood Education of the city of Ijuí and the curricular organization for this stage of the Basic Education. The analysis performed permeates two points: a) the concept of curriculum and the concept of curriculum in Early Childhood Education; b) the construction of a curricular proposal made by a collective of teachers and the progresses in the school from its use. For the first point we use authors such as Marques (1999), Oliveira (2010) and Salles and Faria (2014) to present and discuss a generic concept and later, a concept of curriculum in Early Childhood Education supported on National Curriculum Frameworks for Education (NCFE, 1998), the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (NCGECE, 2010) and the National Curricular Common Base (NCCB, 2016-2017). According to the second point, the historicity of the construction of the proposal was presented, followed by an analysis of the proposal, seeking to outline the advances after its construction. The methodology used is action research.

Keywords: Curriculum. Curricular proposal. Childhood education.

RECEBIDO EM: 8/7/2017

ACEITO EM: 8/5/2018

¹ Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – Unijuí. Pedagoga. Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ijuí-RS. brunabarbozatrassel@gmail.com

² Pedagoga e coordenadora pedagógica da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Ijuí-RS.

³ Graduada em Educação Física e coordenadora pedagógica da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Ijuí-RS.

⁴ Mestre em Educação (UFSM). Doutor em Educação (UFRGS) e pós-doutor pela Universidade do Minho (Uminho). Professor titular do Departamento de Humanidades e Educação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências da Unijuí. Orientador desta pesquisa. martinazzo@unijui.edu.br

A trajetória desta pesquisa permeia a efetiva participação dos interlocutores na construção da proposta curricular da Educação Infantil do município de Ijuí, localizado no Noroeste gaúcho, em posições diferentes. De um lado, as coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação e, de outro, uma professora de Educação Infantil do referido município, que ao se predispor a rever e analisar o processo que se desenvolveu nos últimos anos na constituição de concepções, da organização curricular e do trabalho do professor e da gestão escolar. Os autores tecem considerações acerca deste movimento na construção de um currículo para a Educação Infantil municipal.

As coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação organizaram e orientaram todas as etapas deste processo, cujas particularidades serão apresentadas adiante. A professora de Educação Infantil participou das formações continuadas e da leitura e escrita da proposta que ocorriam no contexto escolar.

Diante dessas considerações, propuseram-se a pensar no processo da construção da proposta, na organização curricular e nas questões cotidianas, iniciando pelas questões do conceito de currículo e de currículo na Educação Infantil, partindo para as considerações acerca do processo de construção da proposta curricular “Tempo e Espaço de Ser Criança”, finalizando com a leitura do cotidiano e os avanços possíveis a partir de uma proposta criada pelo coletivo de educadores.

QUESTÕES SOBRE O CURRÍCULO E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As discussões sobre currículo são amplas e permeiam diversas visões e concepções. Inicialmente, referenciamos que temos como posicionamento o olhar sobre o currículo da Educação Infantil e sua efetivação no cotidiano.

O conceito generalista de currículo, como nos propõe pensar Mario Osorio Marques (1999, p. 15), considera que “a palavra currículo deriva do *curriculum* romano, que era uma pista circular de atletismo. Aplicada à educação passou a significar uma sequência articulada de estudos”. Ou ainda, “desde a educação jesuítica que marcou as origens da escola entre nós, um conjunto de *disciplinas* ordenadas na *ratio studiorum*⁵ que lhe dava sentido”.

Marques ainda destaca que “fundamentalmente subjazem nos muitos sentidos que o currículo assume na história da educação, as concepções que se tenham do que seja conhecimento, do que seja educação escolar, do que se constituam as práticas pedagógicas” (1999, p. 15).

Desta maneira o currículo foi sendo discutido e ampliado. O mesmo aconteceu com a etapa da Educação Infantil, que passou da assistência social para a educação, o que motivou uma nova forma de pensar o currículo na escola e o currículo na escola infantil.

⁵ Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica, ganhou *status* de norma para toda a Companhia de Jesus.

Currículo na Educação Infantil é concebido como um “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (BRASIL, 2010).

Este é o conceito de currículo apresentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010, p. 12), uma vez que esses conjuntos de práticas selecionadas, organizadas e estabelecidas pelos professores, objetivam referenciar os conhecimentos construídos pelas crianças, dentro e fora da escola, ampliando suas concepções de mundo ao ser inserido na tradição.

Anterior às Diretrizes (BRASIL, 2010), os Referenciais Curriculares da Educação Infantil, datados de 1998, constituíram-se na primeira organização curricular para a Educação Infantil brasileira. Esses documentos dividiam-se em três volumes: 1: Introdução; 2: Formação pessoal e social; 3: Conhecimento de mundo.

Conforme Paulo Renato Souza, ministro da Educação e do Desporto da época, o Referencial:

foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira (BRASIL, 1998, p. 7).

A organização curricular proposta pelos Referenciais (BRASIL, 1998) apresentava “eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática” e a partir desses eixos, de maneira didática apresentava objetivos, conteúdos e orientações gerais para o professor, sendo esse último dividido em duas seções: organização do tempo e observação, registro e avaliação formativa.

Com o passar de dez anos percebeu-se a necessidade de avançar nas discussões acerca das concepções e da organização curricular da Educação Infantil. Assim surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010) que possuem caráter mandatário, uma vez que é lei, diferente dos Referenciais (BRASIL, 1998) que tinham caráter orientador. A forma de pensar o currículo modifica-se e passa-se a considerá-lo como algo vivo e latente no cotidiano.

Deste modo, cabe-nos destacar que pensar e elaborar um currículo de uma instituição de Educação Infantil é articular as experiências vivenciadas pelas e com as crianças a partir de seus saberes experienciais e manifestações de cultura, associadas àquilo que **nós**, adultos, consideramos importante que elas conheçam do patrimônio da humanidade.

As práticas pedagógicas propostas pelos educadores são experiências que proporcionam às crianças momentos de interações que estabelecem com as pessoas e com o ambiente, vivenciando situações “lúdicas, estéticas, de aconchego, de respeito, de autonomia, de cooperação, de investigação, de experimentação, de leitura, de diálogo, de raciocínio” (FARIA; SALLES, 2012, p. 78-79).

Sabemos que muitas vezes o currículo é confundido com os conteúdos a serem ensinados e aprendidos em determinado ciclo/turma/idade; ou então, como os planos pedagógicos elaborados por professores, nos quais os adultos elencam prioridades e fragmentam conhecimentos a fim de que se torne “mais fácil” para a compreensão das crianças. Desejamos definitivamente romper com essas confusões e considerar o currículo um conjunto de possibilidades de aprendizagens por meio dos seus eixos: brincadeiras e interações.

Zilma de Moraes Oliveira (2010, p. 4) afirma que “o currículo busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade por meio de práticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições”.

Assim,

Esta definição de currículo foge de versões já superadas de conceber listas de conteúdos obrigatórios, ou disciplinas estanques, de pensar que na Educação Infantil não há necessidade de qualquer planejamento de atividades, de reger as atividades por um calendário voltado a comemorar determinadas datas sem avaliar o sentido e o valor formativo dessas comemorações, e também da ideia de que o saber do senso comum é o que deve ser tratado com crianças pequenas. A definição de currículo defendida nas Diretrizes põe o foco na ação mediadora da instituição de Educação Infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertam o interesse das crianças. Tal definição inaugura então um importante período na área, que pode de modo inovador avaliar e aperfeiçoar as práticas vividas pelas crianças nas unidades de Educação Infantil (OLIVEIRA, 2010, p. 4).

O currículo é muito mais do que datas comemorativas e planejamentos dissociados. Por isso, Oliveira (2010, p. 4) pondera que o cotidiano da escola infantil requer organização de diversos aspectos, como “os tempos de realização das atividades (ocasião, frequência, duração), os espaços em que essas atividades transcorrem (o que inclui a estruturação dos espaços internos, externos, de modo a favorecer as interações infantis na exploração que fazem do mundo)”.

Além disso,

os materiais disponíveis e, em especial, as maneiras de o professor exercer seu papel (organizando o ambiente, ouvindo as crianças, respondendo-lhes de determinada maneira, oferecendo-lhes materiais, sugestões, apoio emocional, ou promovendo condições para a ocorrência de valiosas interações e brincadeiras criadas pelas crianças, etc.). Tal organização necessita seguir alguns princípios e condições apresentados pelas Diretrizes (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

E a discussão acerca do currículo vem se ampliando, principalmente, com a Base Nacional Curricular Comum que nos proporciona pensar o currículo a partir dos campos de experiência. Na segunda versão da Base Nacional, lançada em meados do primeiro semestre de 2016, após revisões sistemáticas de algumas questões, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil foram considerados a partir de uma subdivisão etária: *bebês* – 0 a 18 meses; *crianças bem pequenas* – 19 meses a 3 anos e 11 meses; *crianças pequenas* – 4 anos a 5 anos e 11 meses. Cada uma dessas subdivisões

está apoiada e contempla os campos de experiência e seus respectivos objetivos. As questões relacionadas aos campos de experiências e aos seus objetivos serão abordadas mais adiante, após a apresentação de premissas acerca do planejamento na Educação Infantil.

Conforme este documento, “o currículo pode ser organizado a partir dos conteúdos da experiência da criança e continuar em direção ao conteúdo dos programas definidos pelas escolas, ou seja, ambos pertencem ao mesmo processo de formação humana”. Além disso, “a abordagem de um currículo pautado na experiência da criança não anula os conhecimentos historicamente acumulados, [...], pois a experiência dos meninos e das meninas incorpora fatos e conhecimentos, além de atitudes, motivos e interesses que levam à aprendizagem” (BRASIL, 2016, p. 59).

Em virtude disso, “são as brincadeiras, as ações, as interações e a participação nas práticas sociais que levam as crianças a ter curiosidades sobre temas, práticas, ideias a serem pesquisadas e a constituir seus saberes sobre o mundo” (BRASIL, 2016, p. 59) conforme a Base Nacional pondera.

Desse modo, cabe ao professor planejar e articular um currículo capaz de proporcionar às crianças as aprendizagens e o seu desenvolvimento, obtendo um processo dinâmico de acolhimento, formulação, reformulação dos saberes construídos pelas crianças. Sabemos que há muitas questões ainda sendo discutidas acerca da Base e que existem muitos pontos que não consideram o avanço que a Educação Infantil como movimento social já havia conquistado. Ainda assim, precisamos considerar esse documento orientador das práticas pedagógicas no âmbito nacional.

Apresentadas as considerações sobre a constituição histórica acerca da organização curricular na Educação Infantil, nos debruçamos a pensar na historicidade que constituiu a Proposta Pedagógica “Tempo e Espaço de Ser Criança”. Para tal, registramos nas próximas páginas a construção desse espaço de formação e reflexão oriundo do processo de construção-organização-reorganização da proposta pedagógica deste município.

A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA CURRICULAR MUNICIPAL: Sobre o “Tempo e Espaço de Ser Criança”

A Secretaria Municipal de Educação de Ijuí em relação à Educação Infantil tem muito a contar sobre esse histórico de desafios e conquistas, que se iniciou em 1997, com a transição das creches mantidas pela Secretaria da Assistência Social para a Secretaria de Educação.

Já no ano de 1998 foi realizado concurso público para o cargo de professor da Educação Infantil. Aos poucos a estrutura física, equipamentos e o quadro profissional das “creches” foram organizados para se constituírem nas Escolas Municipais de Educação Infantil.

Sabe-se que

a educação da criança pequena foi considerada, por muito tempo, como pouco importante, bastando que fossem cuidadas e alimentadas. Hoje, a educação da criança pequena integra o sistema público de educação. Ao fazer parte da Educação Básica, ela é concebida como questão de direito, de cidadania e de qualidade (Brasil, 2012, p. 11).

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos, ativo e cidadão desde o nascimento, aliado aos estudos da infância, têm propiciado grandes avanços no que diz respeito ao olhar sobre a criança e ao trabalho a ser desenvolvido neste nível de ensino, principalmente no que se refere ao seu atendimento na Educação Infantil.

O atendimento em creches e pré-escolas na área da educação representa um grande passo na superação do caráter assistencialista dos programas voltados para essa faixa etária, existentes até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A Educação Infantil foi conceituada, no artigo 29 da LDBEN, como sendo destinada às crianças de até 5 anos de idade, com a finalidade de complementar a ação da família e da comunidade, objetivando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Assim,

o acesso à Educação Infantil como direito assegurado pela educação pública a todas as famílias que assim o desejarem, esta meta precisa ser clara e equalizada de forma aberta, pois garantir acesso com qualidade é compromisso de todos os brasileiros com nossas crianças (ORTIZ, 2012, p. 26).

O conceito de infância repercute fortemente no papel da Educação Infantil, pois redimensiona todo o atendimento prestado à criança, e tal conceito tem sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre e a partir da criança. A infância está relacionada a um determinado tempo e espaço, sendo histórica e socialmente construída.

Considerar que a criança vive um momento específico de sua existência significa dizer que a infância é um dos períodos que caracteriza a vida humana e, como tal, tem especificidades que precisam ser conhecidas e respeitadas, tanto no olhar ao sujeito que vive este período como à sociedade que culturalmente lhe dá significado.

Dessa maneira,

(...) compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o desafio que se apresenta às instituições de Educação Infantil. Embora os conhecimentos vindos da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc., serem de grande importância para desvelar o universo infantil, apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças e por isso merecem o reconhecimento de seres únicos (IJUÍ, 2008a).

Atualmente na rede municipal de ensino de Ijuí estão integradas dez escolas de Educação Infantil e duas escolas do Ensino Fundamental que atendem do berçário ao quinto ano do Ensino Fundamental. A Educação Infantil Integra o “Programa Ser Criança”,⁶ mantido pela Secretaria Municipal de Educação, que organiza o atendimento nas escolas da rede com garantia de um trabalho de qualidade.

⁶ Programa de Atendimento à criança na escola de Educação Infantil que a Secretaria Municipal de Educação de Ijuí mantém. Abrange e integra crianças na faixa etária de zero a cinco anos, matriculadas nas escolas da rede municipal de Ijuí, com o objetivo de garantir um trabalho de qualidade na Educação Infantil, contemplando as especificidades da infância, considerando-a como categoria social e plural em sua constituição nas diferentes realidades que compõem a abrangência das escolas da rede municipal.

As escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Ijuí são constituídas de equipes diretivas (diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos), professores, auxiliares/monitores e servidores, pois se acredita na necessidade de um grupo de profissionais capacitado e comprometido com o desenvolvimento integral da criança. Uma equipe diversificada, que possa atender às necessidades das crianças, preocupando-se com sua aprendizagem e seu desenvolvimento integral.

Na organização da jornada de trabalho os professores têm garantido um terço da sua carga horária para estudo e planejamento, pois a complexa tarefa de educar exige um profissional atuante, promotor de situações de aprendizagens que envolvam as múltiplas linguagens, práticas pedagógicas transformadoras, metodologias e estratégias de intervenção pedagógica adequadas à criança. O professor deve estar envolvido com o desenvolvimento da criança, com o planejamento, o contato com a família, a observação e o acompanhamento periódico do processo por meio do registro.

A formação continuada é entendida como um processo crítico-reflexivo sobre o fazer em suas múltiplas determinações, oportunizada de forma intencional e planejada, com vistas à qualificação profissional mediante uma prática reflexiva, crítica e criativa, capaz de (re)produzir conhecimento e intervir na realidade. Nesse sentido, são propostos para os profissionais da Educação Infantil formação mensal, respeitando as especificidades quanto à função exercida e às faixas etárias atendidas (professores que atuam de zero a três anos, quatro e cinco anos, coordenadores pedagógicos, diretores, auxiliares/monitores) dentro da jornada de trabalho. A formação continuada dos professores é organizada em pequenos grupos, facilitando a discussão e reflexão acerca de temáticas que vêm ao encontro ao cotidiano da escola.

Para Behrens (1996, p. 135), “a essência da formação continuada é a construção coletiva do saber e a discussão crítica reflexiva do saber fazer”. Partindo desta concepção, as formações continuadas são organizadas de diferentes maneiras: estudos de textos e teorias, relatos de experiências, palestras, vivências em diferentes ambientes, formações em contexto, oficinas e ateliês.

Ao pensar em formação continuada para os professores da Educação Infantil, é preciso considerar diferentes aspectos, entre eles a diversidade de profissionais e suas trajetórias de vida, as experiências no campo da educação, a formação inicial de cada professor e ainda levar em conta as demandas que surgem no dia a dia das escolas.

Conquistar o professor para participar dos momentos de formação continuada não é tarefa fácil. Nesse sentido, é necessário pensar diferentes estratégias metodológicas que envolvam o grupo e despertem a discussão e reflexão entre a teoria e a prática pedagógica. É preciso pensar na ambientação do espaço em que a formação irá acontecer para que esta contemple a temática trabalhada e também sirva de subsídios para o professor refletir sobre a sua organização na escola. É necessário provocar mudanças.

Com esta intenção, em 2010 a Secretaria Municipal de Educação lançou o desafio aos professores da Educação Infantil de socializar a prática pedagógica realizada nas escolas da rede municipal de ensino. Esta socialização teve como objetivo dar visibilidade à Proposta Curricular “Tempo e Espaço de Ser Criança” e marcou o 1º Seminário de Práticas Pedagógicas da Educação Infantil.

O 1º Seminário teve como foco as práticas pedagógicas realizadas nas turmas de Berçários e Maternais, enfatizando a rotina, as características de cada turma e as possibilidades de trabalho com as crianças desta faixa etária. Nesse ano, 2010, o evento envolveu os professores das dez escolas de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Ijuí.

Deste Seminário originou-se a caminhada da publicação de um documento que evidenciasse o cotidiano da proposta Teórica “Tempo e Espaço de Ser Criança”. O trabalho coletivo materializou-se no documento “Tempo e Espaço de Ser Criança... Na ação Pedagógica”, que revela o dia a dia das crianças, dos professores e profissionais da Educação Infantil da rede.

No ano de 2012 a segunda edição do Seminário de Práticas da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Ijuí abordou o trabalho pedagógico desenvolvido nas turmas da pré-escola. Naquele ano participaram as 24 escolas da rede municipal socializando situações de aprendizagens vivenciadas na prática do cotidiano escolar.

A possibilidade de visualizar, discutir e refletir a prática da Educação Infantil nas duas edições do Seminário provocou a necessidade de rever a proposta “Tempo e Espaço de Ser Criança”. Pensar a Proposta Curricular para a Educação Infantil na rede municipal de ensino implica, inicialmente, marcar as concepções a respeito de infância e de criança, visto que o conceito de infância repercute fortemente no papel da Educação Infantil, pois redireciona todo o atendimento prestado à criança. Tal conceito tem sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre e a partir da criança.

A construção de um documento com a finalidade de se tornar referência para toda a rede municipal pressupõe o envolvimento de todos os profissionais que fazem parte do processo educativo da criança. Como, no entanto, construir um documento com a participação de mais de 350 pessoas? Esta foi uma das primeiras dúvidas que surgiram. Assim, para que todos pudessem se sentir envolvidos nesta produção, foi convidado um representante de cada escola para fazer parte do grupo de estudos de reconstrução da proposta curricular. Os profissionais convidados representavam também diferentes segmentos da escola, professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escola, considerando, assim, os diferentes olhares.

No dia 8 de maio de 2013 aconteceu o primeiro encontro com o grupo de estudos. Para este encontro a sala foi ambientada e cada representante recebeu uma muda de flor, a qual representava o início do processo de reconstrução, o qual necessitaria de muita dedicação e envolvimento até a conclusão.

Os encontros com o grupo de estudo continuaram semanalmente, os representantes organizavam-se em grupos e, a partir da proposta curricular em vigor reorganizaram os textos, considerando novas leituras, teorias, legislações, vivências com as crianças... Os textos elaborados nos grupos eram encaminhados para cada escola e o professor representante no grupo de estudos fazia a mediação entre os demais profissionais da escola, anotando suas sugestões, interpretações, dúvidas, etc. Logo que o texto retornava para o grupo de estudos, as contribuições eram lidas e analisadas e o texto reorganizado.

No decorrer destas leituras e escritas surge a segunda dúvida: Como devemos tratar o sujeito da Educação Infantil, *criança* ou *aluno*? Foram muitos encontros refletindo e estudando para dar conta desta questão. Considerando que a opção por um ou outro iria definir o percurso da construção do documento e também sua instituição na rede, houve momentos de conversa com psicólogos e também busca de assessoria a profissionais especialistas na cultura da infância.

Após muitos estudos, a opção por *criança* é a que prevalece, pois esta é a que traduz as concepções que a rede tem em relação à Educação Infantil. Também, considerando e concordando com o que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2010):

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O processo de reconstrução da Proposta Curricular continua e, nesta trajetória percebe-se o envolvimento dos professores que não fazem parte do grupo de estudos, pois as contribuições são muitas e os textos sempre precisaram ser reorganizados. Neste processo novas dúvidas sobre manter ou não os quadros que descrevem conceitos e objetivos específicos para cada faixa etária.

Novamente muitas reflexões, estudos, discussões e questionamentos, que levaram à decisão por manter estes quadros, que já faziam parte da proposta em vigor, adequando-os, mas também para além dos quadros construir um texto que revelasse o fazer pedagógico. Neste texto fica explícito como estes conceitos podem estar presentes no cotidiano da Educação Infantil e de que forma os educadores podem compreendê-los.

Foram meses de estudos, escritas e reescritas. Para, no entanto, que a Proposta Curricular realmente traduzisse as concepções que a rede municipal de ensino de Ijuí tinha em relação à Educação Infantil, faltavam imagens que revelassem esta relação entre teoria e prática. Novamente as escolas foram convidadas a se envolver e trazer fotos que ilustrassem o que os textos descreviam.

No mês de novembro o documento foi encaminhado para a gráfica e, após longo tempo de espera, a Proposta Curricular Tempo e Espaço de Ser Criança estava concluída. Receber o documento pronto, ilustrado, permeado das reflexões de toda uma rede, foi um momento muito significativo, recompensador, mas também de muitas indagações, afinal a proposta revela as concepções da rede municipal, mas traz em si muitos desafios. Assim, a aplicação da Proposta Curricular na rede passou a ser a próxima questão.

É importante destacar, contudo, que a reconstrução da Proposta Curricular consolidou a identidade da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Ijuí, respeitando e valorizando as características e singularidades da criança, a realidade em que está inserida e as relações interpessoais que se estabelecem na escola. Este importante momento de estudo que resultou na concretização de um documento possibilita à Educação Infantil um novo olhar. E que este novo olhar permita abrir horizontes do já cons-

truído, provocar novas reflexões, novos desejos, novas críticas, novas pedagogias, numa intensa e desafiante aventura de construir outros caminhos, num exercício intenso do diálogo, da escuta coletiva, da participação com todos e a partir de todos.

A consolidação da proposta e reconhecimento do processo realizado para sua construção ocorreu com a avaliação e posterior condecoração, uma vez que foi considerada entre as quatro melhores propostas curriculares do Rio Grande do Sul protocoladas no Ministério de Educação no Plano de Ações Articuladas-PAR.

AVANÇOS POSSÍVEIS A PARTIR DE UMA PROPOSTA CURRICULAR: Constituindo o Tempo e o Espaço de Ser Criança nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Ijuí-RS

Considerando o processo de construção da proposta curricular “Tempo e Espaço de Ser Criança”, sua singularidade e subjetividade, permanecemos atentos à análise do que efetivamente vem se estruturando após dois anos de sua elaboração.

A organização curricular na proposta municipal considera o conceito de currículo das Diretrizes (BRASIL, 2010), apresentando os pontos norteadores da prática pedagógica na Educação Infantil: interações e brincadeiras, seguindo o que é evidenciado por Oliveira (2010, p. 4-5), conforme referido anteriormente.

É citado também que a Escola de Educação Infantil deve garantir experiências que:

- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais, que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaciais;
- Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;
- Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

- Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos (BRASIL, 2010, p. 25-27).

Posteriormente, a proposta curricular apoia-se nos Referenciais Curriculares (BRASIL, 1998) e apresenta os eixos: Identidade e Autonomia, Movimento, Linguagem Oral e Escrita, Arte, Linguagem Matemática e Ambiente Natural e Sociocultural. Nas páginas seguintes são apresentados conceitos e objetivos divididos por faixas etárias que as crianças têm o direito a ter acesso e, em cada eixo são apresentadas contribuições ao fazer pedagógico, assemelhando-se à organização dos Referenciais Curriculares.

Na proposta ainda referencia-se que “garantir o desenvolvimento integral da criança como foco do trabalho pedagógico no processo de ensino na escola e práticas que promovam aprendizagens significativas, exige o comprometer-se com o Currículo assumido pela Instituição (IJUÍ, 2014, p. 29)”.

Dessa forma podemos ponderar as contribuições de ambos os documentos na constituição da proposta municipal, e a partir disso consideramos o avanço nas práticas pedagógicas cotidianas em três pontos, os quais apresentamos na sequência.

O primeiro ponto é a consolidação do espaço de formação continuada da Rede. Os encontros mensais realizados com os grupos de professores do berçário, maternais e pré-escolas em nível de rede municipal, na Smed e com a coordenação das coordenadoras de Educação Infantil, dão o indicativo de que os espaços de reflexão em grupos específicos e de diferentes escolas são efetivamente importantes porque discutem e evidenciam o que é comum e o que é diverso na rede municipal. A caminhada desses grupos tem possibilitado o crescimento e desenvolvimento profissional dos sujeitos envolvidos. A formação continuada que respeita os lugares de onde vêm os sujeitos e amplia o olhar do professor é, sem dúvida, uma possibilidade de execução de uma proposta de docência reflexiva e compartilhada.

O segundo ponto é a efetivação do espaço de formação continuada em contexto. A escola que se pensa e se reorganiza tem a possibilidade de avançar na resolução das questões cotidianas e na ampliação das suas práticas pedagógicas. O estudo dos professores e funcionários no âmbito da escola possibilita a reflexão sobre o *locus* e tem ocorrido nas escolas em diferentes momentos e permeado a discussão de múltiplos temas. Essas discussões possuem como ponto de apoio a Proposta Curricular que é articulada com outros documentos e referenciais teóricos, na iminência de pensar o cotidiano. A formação continuada em contexto propicia a vivência de um espaço refletido por seus atores e pela possibilidade de “ler” a vivência das crianças neste contexto. É a possibilidade de provocar a reflexão acerca desse organismo vivo que é a escola, considerando a sutileza e a tenuidade da Escola Infantil.

O terceiro ponto é a práxis pedagógica existente a partir do apoio teórico dado pela proposta curricular “Tempo e Espaço de Ser Criança” e a prática possível por meio da ação pedagógica que evidencia e articula as experiências e os saberes das crianças.

Essa possibilidade de se considerar o vivido com as crianças e os referenciais teóricos desta etapa da Educação Básica propicia aos educadores a experiência de práxis, de uma práxis refletida ou no contexto ou na Rede. As ações dos educadores vão sendo encharcadas de significados e se tornam mais significativas às crianças. O olhar do professor vai se tornando mais sensível e orientado por referenciais reflexivos.

Enfim, após e conjuntamente com o processo de construção da Proposta Curricular “Tempo e Espaço de Ser Criança”, inúmeros avanços ocorreram no que diz respeito à ampliação dos espaços de formação e reflexão e nas práticas cotidianas, evidenciando a importância deste documento norteador elaborado por muitas mãos.

CONCLUSÃO

Em virtude do que foi mencionado nesses dois pontos de análise, o primeiro o conceito de currículo e o conceito de currículo na Educação Infantil, utilizou-se de autores como Marques (1999), Oliveira (2010) e Faria e Salles (2014) para apresentar e discutir, inicialmente, um conceito genérico e posteriormente um conceito de currículo na Educação Infantil apoiado nos Referenciais Curriculares (BRASIL, 1998), nas Diretrizes (BRASIL, 2010) e na Base Nacional (BRASIL, 2016); e o segundo ponto, a construção de uma proposta curricular realizada por um coletivo de professores e os avanços no cotidiano escolar a partir dela, apresenta-se a historicidade da construção da proposta, seguida de análise, buscando delinear os avanços após sua construção; podemos considerar que este processo de construção foi riquíssimo, tanto para os coordenadores quanto para os professores que se dedicaram a essa criação.

Os pontos positivos escolhidos para serem apresentados neste escrito, após a análise minuciosa da organização curricular expressa na proposta curricular, a saber: a consolidação do espaço de formação continuada da Rede; a efetivação do espaço de formação continuada em contexto e a práxis pedagógica existente a partir do apoio teórico dado pela proposta curricular “Tempo e Espaço de Ser Criança” e a prática possível por meio da ação pedagógica que evidencia e articula as experiências e os saberes das crianças, conferem-nos a relevância desse processo articulado e vivenciado pelos professores de Educação Infantil da Rede Municipal de Ijuí.

Esses dados vêm apontar o quanto houve de desenvolvimento profissional dos docentes e a qualificação nas suas práticas pedagógicas, considerando a criança na centralidade do processo, apoiando-se na organização curricular e nas concepções da Proposta Curricular “Tempo e Espaço de Ser Criança”.

REFERÊNCIAS

- BEHRENS, Marilda Aparecida. *Formação continuada dos professores e a prática pedagógica*. Curitiba, PR: Champagnat, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei 9.394/1996. Brasília: MEC; SED, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referenciais Curriculares Nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC; SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC; SEB, 2010.

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Curricular Comum*. 2ª versão. Brasília: MEC, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Curricular Comum*. 3ª versão. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Brinquedos e Brincadeiras de Creches*: manual de orientações pedagógicas. Brasília: MEC/SEB, 2012.
- FARIA, Vitória Líbia Barreto de; SALLES, Fátima. *Currículo na Educação Infantil*: diálogo com os demais elementos da proposta Pedagógica. São Paulo: Ática, 2012. IJUÍ. Conselho Municipal de Educação. *Parecer n° 02/2008*. Ijuí, RS: CMEI, 2008a.
- IJUÍ. Secretaria Municipal de Educação. *Ser Criança*. Programa de Atendimento à criança na escola de Educação Infantil. Ijuí, RS: Smed, 2005-2008b.
- IJUÍ. Secretaria Municipal de Educação. *Educação Infantil*: tempo e espaço de ser criança – proposta curricular. Ijuí, RS: Smed, 2014.
- MARQUES, Mario Osorio. A dinâmica de um currículo integrado. In: CAMARGO, Ieda. *Currículo escolar*: propósitos e práticas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes de. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/file>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- ORTIZ, Cisele (Org.). *Interações*: ser professor de bebês: cuidar, educar e brincar: uma única ação. São Paulo: Blucher, 2012.